




MUSEU DA LOURINHÃ

Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã - GEAL

Relatório Anual de Contas 2017

APROVADO PELA ASSEMBLEIA GERAL
NA REUNIÃO DE 23 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

GEAL - GRUPO ETNOLOGIA ARQUEOLOGIA LOURINHA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ACTIVO		DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	36.107,93	40.164,26
Investimentos financeiros	11,1	712,57	555,02
		36.820,50	40.719,28
Activo corrente			
Inventários	6	20.687,05	25.776,48
Creditos a receber	11,2	2.337,04	3.802,40
Estado e outros entes públicos	11,8	61,00	1.079,86
Diferimentos	11,4	476,83	1.217,58
Outros ativos correntes	11,3	17.122,71	16.601,45
Caixa e depósitos bancários	11,5	82.701,85	47.416,48
		123.386,48	95.894,25
Total do activo		160.206,98	136.613,53
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	11,6	28.363,86	28.363,86
Resultados transitados	11,6	75.526,39	74.965,84
Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	11,6	14.775,34	15.546,23
		118.665,59	118.875,93
Resultado líquido do período		22.335,44	560,55
Total do fundo patrimoniais		141.001,03	119.436,48
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11,7	2.748,39	1.144,19
Estado e outros entes públicos	11,8	3.761,68	2.758,96
Diferimentos	11,4	176,00	176,00
Outros passivos correntes	11,9	12.519,88	13.097,90
		19.205,95	17.177,05
Total do passivo		19.205,95	17.177,05
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		160.206,98	136.613,53

A Direcção

[Handwritten signature]

O C C

[Handwritten signature]
1

GEAL - GRUPO ETNOLOGIA ARQUEOLOGIA LOURINHA


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda :EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	203.127,12	118.517,46
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11,10	67.128,32	41.240,06
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(41.877,44)	(19.927,93)
Fornecimentos e serviços externos	11,11	(76.984,09)	(30.737,01)
Gastos com o pessoal	9	(123.763,35)	(102.204,25)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11,2	(2.618,05)	(2.362,09)
Outros rendimentos	11,12	3.878,88 €	1.474,68
Outros gastos	11,13	(1.789,90)	(770,16)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		27.101,49	5.230,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(4.860,75)	(4.914,21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.240,74	316,55
Juros e gastos similares suportados	7 e 11,14	97,22	244,00
Gastos de financiamento	11,14	(2,52)	
Resultados antes de impostos		22.335,44	560,55
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		22.335,44	560,55

A Direcção



O CC



**GEAL - GRUPO ETNOLOGIA ARQUEOLOGIA
LOURINHA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		216.686,29	120.154,94
Pagamentos a fornecedores		(38.062,17)	(34.809,88)
Pagamentos ao pessoal		(121.840,64)	(98.606,78)
Caixa gerada pelas operações		56.783,48	(13.261,72)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		61,83	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		(13.163,14)	11.855,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		43.682,17	-1.406,29
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(8.340,24)	(864,98)
Investimentos financeiros		(151,26)	(54,41)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	28,64
Juros e rendimentos similares		97,22	183,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(8.394,28)	(707,75)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		35.287,89	(2.114,04)
Caixa e seus equivalentes no início do período		47.416,48	49.530,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período		82.701,85	47.416,48

A Direcção

O CC

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

GEAL - GRUPO ETNOLOGIA

ARQUEOLOGIA LOURINHA

Anexo

Identificação da Entidade

O Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã, também designado por GEAL, é uma pessoa coletiva de direito privado, fundada em 1981 por tempo indeterminado, com sede na rua João Luís de Moura, nº 95, na Lourinhã. O GEAL é uma associação cultural sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública, que dedica especial atenção às seguintes áreas do conhecimento:

* Nas Ciências da Natureza, à Geologia e à Biologia, nomeadamente à Paleontologia e ao Ambiente;

* Nas Ciências Sociais, à História, nomeadamente à Arqueologia e à Etnografia.

- Salvar, defender e valorizar o património natural e cultural
- Promover o estudo e divulgação desse património, prioritariamente através do Museu da Lourinhã;
- Defender o ambiente e a conservação da natureza
- Promover o pensamento científico, o gosto pela descoberta e a aproximação às boas práticas de preservação do património, designadamente junto da população jovem;
- Promover a qualidade de vida com especial foco no concelho da Lourinhã

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para

Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros Activos fixos tangíveis	5

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são

registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Parte do valor espelhado nesta rubrica é referente ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Geal adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - **Alterações no risco segurado;**
 - **Alterações na taxa de câmbio;**
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - **Entrada em incumprimento de uma das partes;**
 - **Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:**
 - **Alterações no preço do bem locado;**
 - **Alterações na taxa de câmbio**
 - **Entrada em incumprimento de uma das contrapartes**

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.


5 Ativos Fixos Tangíveis

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	44 506,39	0,00				44 506,39
Equipamento básico	28 040,29					28 040,29
Equipamento de transporte	3 900,00	0,00				3 900,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	16 487,21	864,98				17 352,19
Outros Ativos fixos tangíveis	4 972,24					4 972,24
Total	97 906,13	864,98	0,00	0,00	0,00	98 771,11
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	7 788,56	2 557,04				10 345,60
Equipamento básico	27 275,15	198,64				27 473,79
Equipamento de transporte	1 636,46	662,50				2 298,96
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	13 571,76	1 141,11				14 712,87
Outros Ativos fixos tangíveis	3 420,71	354,92				3 775,63
Total	53 692,64	4 914,21	0,00	0,00	0,00	58 606,85



Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	44 506,39					44 506,39
Equipamento básico	28 040,29					28 040,29
Equipamento de transporte	3 900,00	-1250,00				2 650,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	17 352,19	804,42				18 156,61
Outros Ativos fixos tangíveis	4 972,24					4 972,24
Total	98 771,11	-445,58	0,00	0,00	0,00	98 325,53
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	10 345,60	2 557,04				12 902,64
Equipamento básico	27 473,79	174,18				27 647,97
Equipamento de transporte	2 298,96	662,50				1 711,46
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	14 712,87	1 201,28				15 914,15
Outros Ativos fixos tangíveis	3 775,63	265,75				4 041,38
Total	58 606,85	4 860,75	0,00	0,00	0,00	62 217,60

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	20 230,18	24 702,83	0,00	25 776,48	36 788,01	0,00	20 687,05
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	771,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	21 001,58	24 702,83	0,00	25 776,48	36 788,01	0,00	20 687,05
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				19 927,93			41 877,44
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

187 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	63 674,72	34 654,17
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	127 952,40	78 540,93
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	6 500,00	3 735,00
Serviços secundários	5 000,00	1 587,36
Juros	97,22	244,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	203 224,34	118 761,46

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
I E F P	3 348,32	3 740,06
C M Lourinhã	63 280,00	37 500,00
União Freguesia Lourinhã Atalaia	500,00	0,00
Apoios do Governo		
Total	67 128,32	41 240,06

9 Benefícios dos empregados

Nos períodos de 2016 e 2017 número de membros efetivos dos órgãos sociais foi de 13, sendo dois membros da mesa da assembleia-geral, oito membros da direção e três membros do conselho fiscal.

Os membros dos órgãos sociais não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 em 31/12/2017 foi de “8”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	99 306,66	82 555,04
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	19 669,06	16 410,99
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 832,36	1 998,99
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2 955,27	1 239,23
Total	123 763,35	102 204,25

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O Geal não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	212,57	55,02
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	712,57	555,02

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	2 374,72	3 735,00
Utentes	-37,68	67,40
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	2 337,04	3 802,40

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Cientes	2 618,05	2 362,09
Utentes	0,00	0,00
Total	2 618,05	2 362,09

11.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	17 122,71	16 601,45
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	17 122,71	16 601,45

11.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	476,83	1 217,58
Outros	0,00	0,00
Total	476,83	1 217,58
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas	176,00	176,00
Total	176,00	176,00

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	495,02	690,72
Depósitos à ordem	42 206,83	6 725,76
Depósitos a prazo	40 000,00	40 000,00
Outros		
Total	82 701,85	47 416,48

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	28 363,86	0,00	0,00	28 363,86
Resultados transitados	74 965,84	560,55	0,00	75 526,39
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	15 546,23	0,00	-770,89	14 775,34
Total	118 875,93	560,55	-770,89	118 665,59

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	2 748,39	985,96
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	158,23
Total	2 748,39	1 144,19

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	61,00	61,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	1 018,86
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	61,00	1 079,86
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	850,42	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	675,50	598,00
Segurança Social	2 220,46	2 152,46
Outros Impostos e Taxas	15,30	8,50
Total	3 761,68	2 758,96

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		12 487,04		13 065,91
Outros credores		32,84		31,99
Total	0,00	12 519,88	0,00	13 097,90

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	67 128,32	41 240,06
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	67 128,32	41 240,06

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	33 414,09	10 564,54
Materiais	18 140,64	7 308,67
Energia e fluidos	1 091,34	637,82
Deslocações, estadas e transportes	7 805,55	1 659,30
Serviços diversos	16 532,47	10 566,68
Total	76 984,09	30 737,01

11.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	2,55
Rendimentos em investimentos não financeiros	500,00	0,00
Outros rendimentos	3 378,88	1 472,13
Total	3 878,88	1 474,68

11.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1 388,45	302,66
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	401,45	467,50
Total	1 789,90	770,16

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2,52	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	2,52	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	97,22	244,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	97,22	244,00
Resultados Financeiros	94,70	244,00

11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

LOURINHA, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

Isabel Conne

A Direção

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]